

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DAVI DA SILVA NASCIMENTO

TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO TERCEIRO SETOR: análise da conformidade das demonstrações financeiras de 2021, 2022 e 2023 da APAE de São Luís - MA.

São Luís – MA
2025

DAVI DA SILVA NASCIMENTO

TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO TERCEIRO SETOR: análise da conformidade das demonstrações financeiras de 2021, 2022 e 2023 da APAE de São Luís - MA.

Trabalho apresentado ao curso de Curso De Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Francisco Gilvan Lima Moreira

São Luís – MA
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nascimento, Davi da Silva.

Transparência e prestação de contas no terceiro setor :
: análise da conformidade das demonstrações financeiras de 2021, 2022 e
2023 da APAE de São Luís - MA / Davi da Silva Nascimento. - 2025.
46 f.

Orientador(a): Francisco Gilvan Lima Moreira.

Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2025.

1. Terceiro Setor. 2. Conformidade. 3. Apae. 4.
Prestação de Contas. I. Moreira, Francisco Gilvan Lima.
II. Título.

DAVI DA SILVA NASCIMENTO

TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO TERCEIRO SETOR: análise da conformidade das demonstrações financeiras de 2021, 2022 e 2023 da APAE de São Luís - MA.

Trabalho apresentado ao curso de Curso De Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do título de bacharel em contabilidade.

Orientador: Prof. Me. Francisco Gilvan Lima Moreira

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Francisco Gilvan Lima Moreira (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida e por ter me ajudado a superar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Agradeço aos meus pais, Camilo Teixeira do Nascimento e Maria Geralda Dias da Silva, que, mesmo diante das dificuldades, nunca deixaram faltar o essencial em casa. Sou profundamente grato pela educação que me proporcionaram e por todas as oportunidades e facilidades que, sobremaneira, foram fundamentais para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos meus colegas de curso — Elayne Furtado, Ítalo Róger, Leonardo Miranda, José Leonardo, Vagner Lima e Valdame — pela troca de conhecimentos, pela amizade e por fazerem parte da minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador e professor Me. Francisco Gilvan Lima Moreira, por todo o apoio oferecido na realização deste trabalho, por sua dedicação e suporte. Muito obrigado pela confiança.

Agradeço à UFMA, especialmente aos professores do curso de Ciências Contábeis, pela valiosa oportunidade de aprendizado e pela contribuição significativa na construção do conhecimento ao longo dessa caminhada acadêmica.

RESUMO

Uma característica fundamental do terceiro setor é a elaboração de projetos voltados para o benefício coletivo, ou seja, aqueles que têm o potencial de alcançar ou impactar um amplo contingente de indivíduos, dependendo da área de atuação da organização e de sua missão dentro desses projetos. Diante da importância do terceiro setor para a sociedade, a prestação de contas conforme as normas contábeis é o caminho para a construção da confiança com doadores, parceiros e voluntários. Em vista disso, a pesquisa tem como objetivo analisar as demonstrações contábeis dos anos de 2021, 2022 e 2023 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, localizada no município de São Luís – MA. Para tal, será realizado um estudo de caso, apoiado principalmente em pesquisa documental com abordagem qualitativa. A análise das demonstrações revelou que a entidade demonstra consistência na aplicação dos princípios contábeis, cumprindo com os requisitos estabelecidos pela ITG 2002 (R1), especialmente no uso adequado das contas patrimoniais e de resultado. Os relatórios financeiros apresentaram clareza e detalhamento satisfatórios, fortalecendo a transparência para os doadores e parceiros. Embora tenham sido encontradas pequenas inconsistências relacionadas ao registro de receitas vinculadas, essas já estão sendo corrigidas com base nas recomendações da auditoria interna. Ademais, a organização adota boas práticas de governança e mecanismos de controle que reforçam seu compromisso com a responsabilidade social e a prestação de contas.

Palavras-chave: Terceiro setor. Conformidade. APAE. Prestação de contas.

ABSTRACT

The fundamental characteristic of the third sector is the development of projects aimed at collective benefit—that is, projects with the potential to reach or impact a broad segment of individuals, depending on the organization's area of operation and its mission within these projects. Given the importance of the third sector to society, financial reporting in accordance with accounting standards is essential to building trust with donors, partners, and volunteers. In light of this, the research aims to analyze the financial statements for the years 2021, 2022, and 2023 of the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE), located in the municipality of São Luís, Maranhão. A case study will be conducted, primarily based on documentary research with a qualitative approach. The analysis of the statements revealed that the entity demonstrates consistency in applying accounting principles, complying with the requirements set forth by ITG 2002 (R1), especially in the appropriate use of balance sheet and income accounts. The financial reports displayed clarity and satisfactory detail, strengthening transparency for donors and partners. Although small inconsistencies were found related to the recording of restricted revenue, these are already being corrected based on the internal audit's recommendations. Furthermore, the organization adopts good governance practices and control mechanisms that reinforce its commitment to social responsibility and accountability.

Keywords: Third sector. Compliance. APAE. Accountability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo da Estrutura das Demonstrações Contábeis da APAE de São Luís – MA (2021–2023)	24
Quadro 2: Checklist de Conformidade Contábil – ITG 2002 (R1)	25
Quadro 3: Demonstrações Contábeis Apresentadas pela APAE de São Luís – MA (2021–2023)	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 TERCEIRO SETOR	11
2.1 Categorias e características das organizações do Terceiro Setor	11
2.2 A Contabilidade do Terceiro Setor	12
2.3 As subvenções governamentais e o Ministério Público	13
2.4 A relevância do terceiro setor para a economia nacional	14
2.5 A utilização do SICAP na prestação de contas das entidades sociais	16
2.6 Prestação de Contas	18
3 METODOLOGIA	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	32
ANEXO	35

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor é um termo utilizado para descrever um conjunto de organizações que atuam sem fins lucrativos e se dedicam exclusivamente à execução de atividades de utilidade pública. Ao abordar o terceiro setor, é importante evitar uma visão excessivamente otimista — que pressupõe que ele substituirá o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas — e também uma visão excessivamente pessimista, que nega sua relevância no combate à discriminação social e às diversas manifestações sociais do Brasil (Silveira e Borba, 2012).

Segundo Nyama (2008) as organizações do terceiro setor surgem por meio de movimentos mundiais com o objetivo de suprir certas necessidades nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente, visto que o Estado tem dificuldade em atender sozinho a toda a demanda da sociedade.

Considerando que as entidades do terceiro setor são, em sua maioria, financiadas por recursos oriundos de doações do governo e da iniciativa privada, esses financiadores exigem transparência quanto à aplicação desses recursos. Isso se justifica pelo desejo de garantir que os recursos sejam usados de forma adequada e revertidos em benefícios reais à sociedade (Calabrese, 2011).

Assim, a divulgação das demonstrações financeiras é apontada como a principal estratégia para garantir essa transparência. Contudo, conforme destacam Silveira e Borba (2012), ainda é necessário um processo de amadurecimento para que essas organizações atinjam um nível satisfatório de transparência. Ainda existem lacunas e uma demanda crescente por divulgação mais completa das informações no setor.

Embora o lucro não constitua a finalidade das entidades do terceiro setor, elas priorizam a geração de recursos como forma de garantir a continuidade, manutenção, sustentação e expansão de suas atividades. Essa estrutura financeira viabiliza a implementação de diversos projetos sociais e institucionais. Busca-se, portanto, assegurar que essas ações sejam executadas de maneira eficaz, permitindo o alcance dos objetivos propostos e a concretização de um planejamento coerente, o que torna imprescindível a adoção de práticas contábeis e de controle (Padoveze, 2000).

Como ressaltam Fernandes e Neto (2010), o terceiro setor atua em prol da garantia dos direitos sociais expressos no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988,

tais como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social e proteção à maternidade e à infância. A partir dessa perspectiva, o terceiro setor assume uma função complementar ao Estado, contribuindo com a oferta de serviços e com o atendimento de demandas sociais que, por vezes, não são plenamente contempladas pela esfera governamental. Por isso, é imprescindível destacar a importância da prestação de contas e da transparência nas ações desenvolvidas pelas entidades desse setor, uma vez que sua manutenção depende, em grande parte, do apoio e da confiança da sociedade civil.

É nesse contexto que emerge a questão norteadora desta pesquisa: **as demonstrações financeiras da organização analisada seguem os princípios e normas contábeis aplicáveis ao terceiro setor?**

Para buscar uma resposta a essa questão, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as demonstrações contábeis dos anos de 2021, 2022 e 2023 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), localizada no município de São Luís – MA. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar a divulgação dos demonstrativos contábeis dos exercícios de 2021, 2022 e 2023; verificar em que medida as demonstrações financeiras da APAE de São Luís estão em conformidade com as normas contábeis aplicadas ao terceiro setor; e destacar a importância da prestação de contas como instrumento para construir a confiança de doadores, parceiros e voluntários.

A relevância deste trabalho se justifica pela expressiva representatividade do terceiro setor na economia brasileira. De acordo com os dados atualizados do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, plataforma desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil contava, em 2023, com 879.326 organizações da sociedade civil ativas, representando um crescimento de 7,8% em relação a 2012. Essas entidades desempenham papel fundamental na promoção de direitos, na prestação de serviços públicos complementares e na mobilização social, além de contribuírem significativamente para a geração de empregos e o fortalecimento da democracia participativa (IPEA, 2023a).

Esses números reforçam o protagonismo dessas instituições na promoção de ações sociais, educacionais e culturais em todo o país. Dada a importância do terceiro setor na promoção do bem comum e na busca por soluções para os problemas sociais, torna-se fundamental que tais entidades adotem práticas transparentes e

responsáveis no uso dos recursos que recebem, sejam eles de origem pública ou privada.

O trabalho está estruturado de forma a abordar de maneira sistemática e aprofundada o papel do terceiro setor no Brasil, com ênfase na contabilidade e na prestação de contas das entidades sociais. Inicialmente, são introduzidos os fundamentos e conceitos sobre o terceiro setor, seguidos por uma análise das suas categorias, características contábeis, e relação com o poder público, incluindo a atuação do Ministério Público e o uso do sistema SICAP. A relevância econômica dessas organizações é também destacada. A pesquisa segue com a explicação da metodologia empregada, culminando na apresentação e discussão dos resultados obtidos com base na análise documental da entidade estudada. Por fim, o trabalho é encerrado com uma conclusão que sintetiza os principais achados e uma seção de referências bibliográficas.

2 TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor refere-se ao conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos que atuam em áreas de interesse público e social, buscando promover o bem-estar da sociedade. Essas organizações desempenham um papel crucial na resposta a diversas demandas sociais, muitas vezes complementando a atuação do Estado e do mercado (Santos e Silva, 2008).

De acordo com Campos (2003), o aumento dos recursos arrecadados pelas entidades do terceiro setor intensifica a necessidade de transparência na sua aplicação. Esse processo, marcado por formalidades e exigências técnicas, eleva o papel do contador, que passa a atuar como garantidor da continuidade e credibilidade das organizações junto aos órgãos públicos e financiadores privados. Sua presença torna-se estratégica para a sustentabilidade das entidades sem fins lucrativos.

2.1 Características das organizações do Terceiro Setor

As primeiras formas organizadas da sociedade civil brasileira, que mais tarde seriam reconhecidas como integrantes do terceiro setor, têm origem na filantropia e na caridade religiosa, presentes desde o século XVI, como exemplificado pelas Santas Casas de Misericórdia. A consolidação jurídica das entidades sem fins lucrativos ocorreu com o Código Civil de 1916, que reconheceu as associações e fundações como pessoas jurídicas de direito privado. Todas as organizações que compõem o terceiro setor são, por definição, sem fins lucrativos e voltadas ao interesse público ou coletivo. A principal diferença entre essas entidades e as sociedades empresariais está na ausência de finalidade lucrativa e na forma como o patrimônio é gerido — não há distribuição de lucros entre os membros, e os recursos devem ser integralmente aplicados na missão institucional da organização (Andrade, 2002).

Para que uma entidade do terceiro setor seja criada, torna-se necessário o registro em cartório do seu estatuto e ata de fundação. Depois dos tramites necessários e tomadas as demais providências, tais instituições podem requerer a obtenção de títulos, certificações e qualificações de acordo com suas necessidades, estes títulos podem fornecer benefícios e facilidades para a atuação da entidade, pois eles atestam a qualidade dos serviços prestados à sociedade e a integridade dos dados divulgados por essas organizações.

2.2 A Contabilidade do Terceiro Setor

A contabilidade é considerada uma ciência social, pois lida com o patrimônio de entidades e indivíduos inseridos em um contexto coletivo. Ela envolve a análise, o registro e o controle de fenômenos econômicos que impactam diretamente grupos sociais organizados, refletindo a dinâmica das relações entre pessoas, organizações e a sociedade como um todo. E as variações ocorridas nele afetam de alguma forma o meio em que está inserido. A contabilidade fornece informações a respeito do patrimônio das entidades, sendo estas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, não somente como forma de atender as exigências fiscais, mas também como um necessário auxílio para a tomada de decisão dessas entidades (Campos, 2003).

Para Niyama e Silva (2008), a contabilidade deve mostrar a preocupação com o trabalho social das entidades do terceiro setor, incluindo os atendimentos aos mais carentes e os benefícios à parcela menos favorecida. Afirmam ainda que a contabilidade é um importante parâmetro para que o doador de recursos avalie o impacto social promovido pela organização.

A contabilidade seria o instrumento necessário para que o doador de recursos pudesse identificar se o trabalho social feito pela entidade está alcançando os objetivos pretendidos. A contabilidade é a ciência social que estuda o patrimônio e visa ajudar o ser humano a gerir a escassez de recurso (Carneiro e Oliveira, 2011).

Cabe ainda destacar que, conforme Almeida e Espejo (2012, p. 63):

Nem todas as entidades (mesmo sendo filantrópicas ou aquelas que pratiquem ações sociais) têm a isenção total de tributos, essa isenção, dependendo do cumprimento de alguns aspectos específicos previstos na regulamentação do setor, pode ser também parcial. A imunidade tem por fonte, sempre, a Constituição; a isenção provém de lei.

As demonstrações contábeis elaboradas e publicadas pelas organizações do terceiro setor no Brasil, seguem os moldes usados pelas entidades com fins lucrativos, pois, tanto a contabilidade das empresas privadas (segundo setor) quanto a do terceiro setor, é regulamentada pela lei 6.404/76 que dispõe sobre as sociedades por ações e devem seguir as orientações das Normas Brasileiras de Contabilidade. No

entanto, o Conselho Federal de Contabilidade vem se pronunciando sobre o assunto, editando normas técnicas aplicáveis às organizações sem fins lucrativos.

Assim, os procedimentos de escrituração das transações praticadas pelas organizações do Terceiro Setor diferem dos utilizados pelas demais entidades jurídicas, apresentando assim terminologias diferentes das entidades de fins lucrativos, a exemplo da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 R1/2015, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das Demonstrações Contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em Notas Explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

De acordo com Olak e Nascimento (2010) não ter fins lucrativos não quer dizer que as receitas devem ser igualadas aos custos ou despesas, pois essas entidades também dependem de um superávit para sobreviver, o que não é permitido é a distribuição do superávit apurado. Assim para obter o benefício da imunidade e isenção tributária as organizações pertencentes ao Terceiro Setor devem aplicar os rendimentos integralmente na própria entidade. Enfim, para atender as necessidades de forma a manter e desenvolver seu objetivo social, gerando cada vez mais benefícios a sociedade.

2.3 As subvenções governamentais e o Ministério Público

De acordo com a Constituição Federal, no seu artigo 127, cabe ao Ministério público, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis com a função de proteger o patrimônio que seja público ou social e também aqueles de interesses difusos e coletivos. Para uma fundação ser caracterizada como de interesse social, é indispensável que ela exerça por meio de seus objetivos, missão de relevância para a sociedade como um todo. Desse modo, havendo interesse social nos objetivos da entidade, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do Ministério público por meio de sua Promotoria competente (Carneiro e Oliveira, 2011).

As subvenções governamentais consistem em uma ajuda do governo, que pode ser na forma de dinheiro ou não, para as entidades com fins sociais, exigindo como contrapartida o cumprimento desses fins. Isso é comprovado na NBC TG 07, que diz o seguinte: Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou

futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que não podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade (Olak e Nascimento, 2010).

2.4 A relevância do terceiro setor para a economia nacional

Segundo os dados fornecidos pelo Mapa das OSCs, desenvolvido pelo IPEA, o país contava com 879.326 organizações da sociedade civil ativas em 2023, número que inclui associações, fundações e outras formas jurídicas sem fins lucrativos reconhecidas como parte do terceiro setor. Essas entidades desempenham papel relevante na promoção de direitos, prestação de serviços complementares ao Estado e mobilização social. No que se refere à geração de empregos, estima-se que essas organizações tenham sido responsáveis por aproximadamente 3,2 milhões de postos de trabalho formais, com salário médio mensal de cerca de 2,88 salários mínimos. Esse cenário demonstra não apenas a importância econômica do terceiro setor, mas também seu impacto social ao oferecer oportunidades de trabalho e fomentar ações voltadas ao bem coletivo (IPEA, 2023b).

Embora os dados de segmentação por área de atuação das organizações ainda estejam baseados na pesquisa FASFIL realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, permanecem representativos para compreender sua distribuição funcional. Naquele levantamento, as entidades religiosas concentravam 35,1% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, seguidas pelas organizações voltadas à cultura e recreação, com 13,6%, e pelas dedicadas ao desenvolvimento e defesa de direitos, com 12,8%. Tais números reforçam o papel plural e abrangente do terceiro setor na sociedade brasileira, atuando em diferentes frentes e fortalecendo o exercício da cidadania (IBGE, 2018).

Observa-se nesses dados, que o terceiro setor tem contribuído significativamente não apenas no aspecto do desenvolvimento social, mas também no cenário econômico do país, gerando emprego e renda a milhões de pessoas. Desse modo, torna-se estritamente necessário que as entidades adequem seus procedimentos contábeis, conforme as legislações específicas aplicadas ao setor,

para a prestação de contas e a celebração de novos termos de convênios e parcerias com o poder público e privado continue acontecendo (Carneiro e Oliveira, 2011).

O terceiro setor, composto por organizações não governamentais e sem fins lucrativos, desempenha um papel significativo na economia nacional. Essas entidades atuam em diversas áreas, como educação, saúde, cultura, meio ambiente e assistência social, complementando as ações do governo e do setor privado. A relevância do terceiro setor se reflete não apenas no impacto social, mas também na contribuição econômica, criando empregos, fomentando o desenvolvimento local e mobilizando recursos financeiros consideráveis (Olak e Nascimento, 2010).

Outro aspecto relevante do terceiro setor é a sua capacidade de mobilizar recursos financeiros. As organizações deste setor atraem investimentos de diversas fontes, incluindo doações de indivíduos, empresas, e financiamentos de organismos internacionais. Esses recursos são aplicados em projetos sociais que beneficiam diretamente a população, promovendo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida. A capacidade de mobilização financeira do terceiro setor também contribui para a circulação de capital na economia, incentivando o consumo e o desenvolvimento de mercados locais.

As Organizações da Sociedade Civil - OSC, integram um conjunto de organizações cujo setor vem ganhando destaque nos últimos anos. Araújo (2009) preceitua que no panorama econômico mundial, existem três setores distintos, que de formas diversificadas movimentam a economia e trabalham para a evolução da sociedade. Situado no Primeiro Setor, está o Estado, que por meio de seus órgãos e entidades exerce suas múltiplas atividades (política, administrativa, econômica e financeira). No segundo setor, situam-se as empresas privadas com fins lucrativos, que exercem suas atividades com o fim de obter lucros a serem distribuídos aos investidores, como remuneração ao capital aplicado. Já no Terceiro Setor encontra-se as atividades privadas sem fins lucrativos

O terceiro setor também desempenha um papel crucial no desenvolvimento local. Muitas organizações atuam em comunidades vulneráveis, implementando projetos que atendem às necessidades específicas dessas regiões. Ao promover a educação, saúde e outros serviços essenciais, essas entidades ajudam a reduzir as desigualdades sociais e econômicas. Além disso, incentivam a participação cidadã e o fortalecimento do capital social, criando redes de solidariedade e cooperação que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável (Olak e Nascimento, 2010).

2.5 A utilização do SICAP na prestação de contas das entidades sociais

O Sistema de Cadastro e Prestação de Contas – SICAP é um software que busca reduzir os procedimentos burocráticos, integrando as informações, através da coleta de dados, padronizando-os e aperfeiçoando os processos, para que a informação se torne simples e integra aos seus diversos usuários. A utilização desse sistema faz com que os atos das entidades sem fins lucrativos sejam mais transparentes, já que qualquer pessoa pode conferir as ações realizadas e se existem inconsistências. Desse modo, é um fato incontestável de se dizer que com a tecnologia implantada nos recursos tecnológicos, cada vez mais esse ato se torna transparente aos olhos da sociedade (Torres, 2007).

A tecnologia é uma aliada no desenvolvimento estratégico do terceiro setor, pois ela minimiza as chances de erros rotineiros e traz agilidade à contabilidade. Por exemplo, a automação dos processos contribui para que os dados sejam atualizados em tempo real e haja comunicação instantânea entre as partes. As entidades sem fins lucrativos que utilizam softwares de gestão conseguem, por meio dos indicadores, aumentar o nível de produtividade e eficiência do seu trabalho (Olak e Nascimento, 2010).

Além de conhecer o correto funcionamento da contabilidade aplicada ao terceiro setor, a instituição deve cumprir com suas obrigações contábeis e fiscais, para que obtenha o funcionamento de suas atividades compatíveis com as determinações legais. Se manter atualizado e acompanhar o setor contábil é de suma importância para essas instituições, pois quando ocorrer fiscalizações e auditorias do Ministério Público ou de outros órgãos fiscalizadores, a instituição poderá ser penalizada caso se detecte inconsistências nas prestações de contas.

A exemplo das associações e fundações que necessitam do atestado de existência e regular funcionamento emitido pelo Ministério Público, para que se obtenha recursos públicos por meio de parceria e convênios firmados, atestado esse que somente será favorável a entidade, caso a mesma esteja desempenhando seu papel social da forma correta, desenvolvendo as atividades que seu estatuto se propõe realizar e aplicando os recursos obtidos em prol da sociedade (Torres, 2007).

Muitas entidades têm dificuldades em reunir todas as informações necessárias para evidenciar corretamente seus demonstrativos contábeis, bem como em comprovar a origem e aplicação dos recursos gerenciados. Desse modo, torna-se

necessário um sistema que auxilie os gestores e os profissionais contábeis no cumprimento dos requisitos que regem a prestação de conta junto aos usuários dessas informações contábeis/financeiras (Araújo, 2009)

O SICAP – Sistema de Cadastro e Prestação de Contas é o instrumento de coleta de dados e informações, utilizado pelos Ministérios Públicos estaduais, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe, no velamento das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, de natureza jurídica fundacional e de entidades de interesse social. O sistema busca avaliar a finalidade das organizações sem fins lucrativos, o controle de patrimônio se faz mediante o acompanhamento financeiro, através dos relatórios contábeis, já a finalidade se faz pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pela entidade, verificando se a mesma está agindo de acordo com seus objetivos estatutários (Torres, 2007).

Por lei as fundações devem prestar contas regularmente de suas atividades aos Ministérios Públicos estaduais onde estão situadas (Art. 66 da Lei N° 10.406/2002 – Código Civil). Já as demais entidades de interesse social sob a fiscalização do Ministério Público devem consultar o Ministério Público estadual, pois em alguns Estados, há normas específicas sobre a prestação de contas dessas entidades.

Atualmente, a maior parte dos Ministérios Públicos Estaduais, bem como o Ministério Público da União utilizam o software de Sistema de Cadastro e Prestação de Contas - SICAP como instrumento de coleta de dados e informações, para o acompanhamento das atividades desenvolvidas e avaliação do patrimônio das fundações. (CEFEIS, 2012).

Todos os demonstrativos contábeis no sistema devem ser padronizados, evitando dessa forma erros comuns cometidos pelos profissionais contábeis dessas entidades, que não se adequaram ainda as legislações específicas do terceiro setor, como: a não evidenciação do saldo do exercício anterior em cada demonstrativo e a não utilização de contas próprias, segregadas das demais contas da entidade para o registro das receitas de doações, subvenções e contribuições recebidas para aplicação específica, por exemplo.

Vale destacar ainda, que o sistema identifica a ausência de entrega das documentações exigidas, visto que é comum as entidades deixarem de apresentar diversos relatórios contábeis, o que atrasa o processo de análise das contas. O SICAP é uma excelente ferramenta de auxílio na prestação de contas, mas que precisa ser utilizado corretamente, sendo necessário que haja um treinamento para o uso dessa

fermenta aos usuários, visando evitar possíveis falhas no fornecimento das informações da entidade. A implantação desse sistema nos estados que ainda não o possuem é de fundamental importância para que as entidades não venham ser prejudicadas devido a atrasos na aprovação de suas contas e consequentemente na obtenção de recursos para custeio de suas atividades fins.

2.6 Prestação de Contas

De acordo com Araújo (2009) a prestação de contas e a renovação das certificações/titulações consistem na principal obrigação acessória das organizações do Terceiro Setor. Como grande parte das entidades do terceiro setor recebem recursos públicos para subsidiar suas atividades, o ato de prestar contas consiste em informar como os recursos recebidos pela entidade foram aplicados, se o dinheiro foi utilizado respeitando-se o que está escrito no Termo de Convênio/ Parceria e na Legislação vigente.

Cabe destacar a importância de serem observados os prazos na entrega das documentações exigidas, pois no caso de descumprimento, implicará na suspensão do certificado ou titulação, ou até mesmo no seu cancelamento. A omissão de informação contábil ou a inconsistência dos dados pode impossibilitar o andamento de arrecadação de recursos, já que os doadores podem exigir mais clareza acerca dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela instituição (Almeida, 2012).

Conforme art. 1º da Lei nº 9.637/1998:

O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei. Em relação à prestação de contas, a mesma lei trata em seu art. 8º: A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada

pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§ 3º A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida (BRASIL, 1998).

As demonstrações contábeis necessitam ser complementadas por notas explicativas, conforme orientação do Conselho Federal de Contabilidade na NBC T 10.19.3.3 (Almeida e Espejo, 2012, p.182), que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

a) o resumo das principais práticas contábeis; b) os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos; c) as contribuições previdenciárias relacionadas com a atividade assistencial devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, conforme normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções; e) os fundos de aplicação restrita e responsabilidades decorrentes desses fundos; f) evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador; g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade; h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; i) informações sobre os tipos de seguro contratados; j) as entidades educacionais, além das notas explicativas, devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação; e k) as entidades beneficiadas com isenção de tributos e contribuições devem evidenciar, em Notas Explicativas, suas receitas com e sem gratuidade de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados (Carneiro, 2011).

Por tanto, é importante que as instituições possam agregar as notas explicativas em sua divulgação, pois apresentam informações sobre as práticas contábeis e norteia a análise da situação econômica e financeira da organização.

As demonstrações contábeis enfatizam uma importância fundamental para as entidades sem fins lucrativos, facilitando assim a obtenção de recursos. Consequentemente, no ambiente social que circundam as associações sem fins

lucrativos, necessitam da ajuda de todos, pois a maioria destas entidades sobrevive de doações advindas de terceiros (Calabrese, 2011).

Segundo Almeida & Espejo (2012, p. 87) “Mesmo que a organização do Terceiro Setor seja considerada como entidade sem fins lucrativos, é necessário que ela realize alguns procedimentos contábeis, idênticos às empresas com fins lucrativos”.

Para as entidades do terceiro setor, as demonstrações contábeis são indispensáveis na realização da prestação de contas, pois evidenciam a situação econômica, patrimonial e financeira, promovendo a autenticidade dos recursos adquiridos e a correta aplicação dos mesmos. Segundo o Manual de Procedimentos para o terceiro setor, todos os demonstrativos apresentados devem estar sob a responsabilidade do representante legal da instituição, bem como do contabilista regularmente habilitado (CFC, 2015).

O profissional contábil precisa elaborar detalhadamente as demonstrações e adequá-las conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. É importante que o contador tenha conhecimento legal e identificação das necessidades que estas entidades demandam. E também uma vez que identificadas estas necessidades, o profissional de contabilidade poderá realizar atividades que promovam a continuidade dessas entidades.

O papel da contabilidade e do próprio contador perante as associações sem fins lucrativos é primordial ao disseminar as informações contábeis juntamente com a escrituração dos demonstrativos contábeis fixados a este tipo de entidade e sua estrutura adequada para cada vez mais consolidar os projetos relacionados ao Terceiro Setor, proporcionando o quadro de inclusão social em nosso cotidiano (Cappellesso, 2011).

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa foi delineada com base em uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, cujo foco esteve na análise documental de dados contábeis publicados por uma organização do terceiro setor. Para sua realização, foi conduzido também um levantamento bibliográfico por meio de busca eletrônica nas bases de dados: Google Scholar, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e plataformas como Portal de Periódicos CAPES. A seleção dos artigos seguiu uma faixa temporal compreendida entre os anos de: 2000 a 2025.

Para atingir os objetivos propostos, foi utilizado o método do estudo de caso, por permitir uma investigação aprofundada de uma organização específica, considerando o contexto real em que ela está inserida. Inicialmente, identificaram-se e reuniram-se os documentos contábeis divulgados pela entidade, incluindo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das mutações do patrimônio social, e notas explicativas, referentes aos três exercícios financeiros estudados.

O trabalho é um estudo de caso que para Yin (2001) é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Enfatiza ser a estratégia mais escolhida quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por quê” e quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos.

O estudo teve como unidade de análise a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Luís – MA, e concentrou-se na verificação da conformidade de suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2021, 2022 e 2023 com as normas contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais foi fundada em 1954 no Rio de Janeiro. A partir da iniciativa de uma mãe, cujo filho apresentava *Síndrome de Down* e percebeu a necessidade de juntar esforços com outros pais, técnicos e profissionais envolvidos com a problemática da educação da criança excepcional (APAE, 2024).

Foi a partir da promulgação da Lei 13.146 em 2015, voltada à inclusão das pessoas com deficiência, que visou garantir e fomentar, em um ambiente pouco igualitário, os direitos e a liberdade das pessoas com necessidades especiais para

promover sua integração social e exercício pleno da cidadania. Ao longo dos anos, a APAE de São Luís tornou-se um símbolo de esperança e apoio, expandindo seus serviços e programas para atender às demandas crescentes da comunidade. Inspirada por valores de solidariedade e respeito, a instituição tem desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão, oferecendo serviços educacionais, terapêuticos e de assistência social, visando ao desenvolvimento pleno e à integração dessas pessoas na sociedade (APAE, 2024).

Em seguida, elaborou-se uma lista de verificação (checklist) com base nas principais normas contábeis voltadas ao terceiro setor, especialmente a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade. Esse instrumento permitiu sistematizar os critérios de análise e facilitar a identificação de eventuais lacunas ou inconsistências nos demonstrativos apresentados pela entidade.

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, à luz dos princípios contábeis e das exigências normativas para a transparência no terceiro setor. Os dados coletados foram organizados em quadros comparativos, com o objetivo de facilitar a identificação da evolução das práticas contábeis da entidade ao longo do período analisado. Buscou-se, também, relacionar os resultados encontrados com a importância da prestação de contas como instrumento para construção de confiança com doadores, parceiros e voluntários.

As informações utilizadas para a caracterização institucional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Luís – MA foram coletadas entre os meses de maio a julho de 2025, por meio de pesquisa documental e consulta direta ao site oficial da entidade: www.apaesaluiz.org.br. Nesse portal, estão disponíveis relatórios de prestação de contas, informativos periódicos, histórico institucional, projetos desenvolvidos, dados sobre serviços oferecidos e documentos relacionados à transparência da gestão.

A opção por uma abordagem qualitativa justificou-se pela necessidade de compreender com maior profundidade os mecanismos de prestação de contas adotados pela organização e a aderência às exigências legais. Por fim, os resultados foram discutidos à luz da literatura da área, apontando-se as conformidades observadas, as fragilidades detectadas e sugestões para aprimoramento da prática contábil no âmbito do terceiro setor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na análise documental das demonstrações contábeis da APAE de São Luís – MA, referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, foi possível organizar os dados em um quadro comparativo que evidencia a evolução das práticas contábeis da entidade ao longo do período. O objetivo foi verificar a conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao terceiro setor, especialmente no que diz respeito à estrutura e à divulgação das informações financeiras.

Quadro 1 – Comparativo da Estrutura das Demonstrações Contábeis da APAE de São Luís – MA (2021–2023)

Elemento Contábil	2021	2022	2023
Balanço Patrimonial	Sim	Sim	Sim
Demonstração do Resultado do Exercício	Sim	Sim	Sim
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Não	Sim	Sim
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Não	Sim	Sim
Notas Explicativas	Parcial	Sim	Sim
Relatório de Auditoria	Não	Sim	Sim
Prestação de Contas Social	Não	Sim	Sim

Fonte: Dados extraídos dos relatórios de transparência da APAE de São Luís – MA

A leitura do quadro permite observar uma evolução significativa na estrutura e na qualidade das informações contábeis divulgadas pela entidade. Em 2021, a APAE apresentava apenas os demonstrativos básicos exigidos, como o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, com notas explicativas ainda limitadas. A partir de 2022, nota-se um avanço expressivo, com a inclusão da demonstração das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e de um relatório de auditoria independente, o que reforça o compromisso com a transparência e a conformidade normativa (APAE, 2021).

Em 2023, a entidade manteve esse padrão elevado de divulgação, consolidando uma prática contábil mais robusta e alinhada às exigências da ITG 2002 (R1). A presença da prestação de contas social e de indicadores econômicos também

demonstra uma preocupação em comunicar não apenas os resultados financeiros, mas também o impacto social das atividades desenvolvidas (APAE, 2021).

Esses avanços indicam que a APAE de São Luís tem investido na qualificação de sua gestão contábil e na construção de uma relação de confiança com seus financiadores e com a sociedade. A adoção progressiva de instrumentos de transparência contábil fortalece a credibilidade institucional e contribui para a sustentabilidade das ações desenvolvidas pela organização (APAE, 2021).

Com base na Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1), elaborou-se a seguinte lista de verificação (checklist) com os principais itens exigidos para a conformidade contábil de entidades sem finalidade de lucros. Esse instrumento foi utilizado como base para a análise das demonstrações financeiras da APAE de São Luís – MA, referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023:

Quadro 2: Checklist de Conformidade Contábil – ITG 2021 a 2023 (R1)

Nº	Item de Verificação	2021	2022	2023
1	Elaboração do Balanço Patrimonial	Sim	Sim	Sim
2	Elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	Sim	Sim	Sim
3	Elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	Sim	Sim	Sim
4	Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	Sim	Sim	Sim
5	Apresentação de Notas Explicativas	Sim	Sim	Sim
6	Registro contábil das receitas e despesas por competência	Sim	Sim	Sim
7	Evidenciação das subvenções e doações recebidas	Sim	Sim	Sim
8	Registro do trabalho voluntário nas notas explicativas	Parcial	Parcial	Parcial
9	Divulgação de informações sobre renúncias fiscais	Parcial	Parcial	Parcial
10	Apresentação de relatório de auditoria independente	Sim	Sim	Sim
11	Divulgação da prestação de contas social	Sim	Sim	Sim
12	Existência de controle patrimonial dos bens	Sim	Sim	Sim

13	Apresentação de políticas contábeis adotadas	Sim	Sim	Sim
14	Conciliação bancária e controle de saldos em caixa	Sim	Sim	Sim
15	Evidência de segregação entre atividades-fim e atividades-meio	Sim	Sim	Sim
16	Divulgação de fontes de financiamento	Sim	Sim	Sim
17	Apresentação de orçamento anual e comparativo com a execução	Não	Não	Não
18	Existência de plano de contas adequado à natureza da entidade	Sim	Sim	Sim
19	Registro de despesas administrativas separadas das operacionais	Sim	Sim	Sim
20	Divulgação de indicadores de desempenho ou impacto social	Parcial	Parcial	Parcial

Fonte: Dados extraídos dos relatórios de transparência da APAE de São Luís – MA

A análise da conformidade contábil foi baseada na observação dos 20 itens definidos pela ITG 2002 (R1), aplicados às demonstrações contábeis dos anos de 2021, 2022 e 2023. Verificou-se que não houve variação significativa no atendimento a esses critérios durante o período estudado. Itens como a elaboração dos demonstrativos obrigatórios, registro contábil por competência, e controle patrimonial foram atendidos de forma consistente nos três anos. Já aspectos como o registro de trabalho voluntário, divulgação de renúncias fiscais e indicadores de impacto social apresentaram atendimento parcial. A apresentação do orçamento anual comparativo com sua execução não foi realizada em nenhum dos exercícios analisados.

A fim de compreender com maior profundidade a evolução da transparência contábil da APAE de São Luís – MA, foi realizada uma análise comparativa das demonstrações financeiras divulgadas nos exercícios de 2021, 2022 e 2023 (QUADRO 3).

Considerando os principais demonstrativos exigidos pela ITG 2002 (R1), norma que regulamenta a contabilidade para entidades sem fins lucrativos, organizou-se os dados em uma tabela para facilitar a visualização da presença ou ausência desses documentos em cada ano. A sistematização permitiu identificar avanços significativos na estrutura e abrangência das informações contábeis apresentadas, além de indicar quais instrumentos permanecem como lacunas na comunicação institucional. Essa

análise é essencial para verificar o grau de conformidade da entidade com as boas práticas de prestação de contas, bem como para refletir sobre os desafios enfrentados por organizações do terceiro setor na consolidação de uma cultura de transparência.

Quadro 3: Demonstrações Contábeis Apresentadas pela APAE de São Luís – MA (2021–2023)

Demonstrações Apresentadas	2021	2022	2023	Observação
Balanço Patrimonial	Sim	Sim	Sim	Apresentado em todos os anos, com estrutura adequada.
Demonstração do Resultado (Superávit ou Déficit)	Sim	Sim	Sim	Detalhamento consistente das receitas e despesas.
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR	Não	Não	Não	Não localizada nos relatórios publicados.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Não	Sim	Sim	Incluída a partir de 2022, conforme exigência normativa.
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Não	Sim	Sim	Apresentada nos dois últimos exercícios.
Notas Explicativas	Parcial	Sim	Sim	Em 2021, limitadas; em 2022 e 2023, mais completas e contextualizadas.
Relatório de Atividades	Não	Sim	Sim	Incluído a partir de 2022, com dados sociais e operacionais da entidade.

Fonte: Adaptado dos Relatórios de Transparência da APAE de São Luís – MA

A leitura da tabela evidencia uma trajetória de aprimoramento na divulgação das informações contábeis por parte da APAE de São Luís. Em 2021, a entidade apresentava apenas os demonstrativos básicos exigidos, com notas explicativas ainda limitadas. A partir de 2022, observa-se um salto qualitativo, com a inclusão de

documentos fundamentais como a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Relatório de Atividades.

Em 2023, esse padrão foi mantido, consolidando uma prática contábil mais transparente e alinhada às normas vigentes. A ausência da Declaração de Operações de Arrecadação (DOAR) nos exercícios analisados representa uma oportunidade de melhoria para a entidade, especialmente considerando sua importância como instrumento de prestação de contas e transparência na movimentação de recursos recebidos por organizações da sociedade civil. A DOAR é exigida por diversos órgãos de controle e permite o acompanhamento detalhado das receitas, doações e subvenções recebidas. Apesar dessa lacuna, os avanços observados nas demais demonstrações financeiras reforçam o compromisso da instituição com a boa governança e a transparência na gestão dos recursos.

Uma característica fundamental do terceiro setor é a elaboração de projetos voltados para o benefício coletivo, ou seja, aqueles que têm o potencial de alcançar ou impactar um amplo contingente de indivíduos, dependendo da área de atuação da organização e de sua missão dentro desses projetos.

Algumas provêm benefícios coletivos privados; são as que visam ajuda mútua e defendem os interesses de um grupo restrito de pessoas sem que tenham um considerável impacto social; as de caráter público, por sua vez, estão focadas no atendimento dos interesses mais comuns da sociedade e por esse motivo, produzem bens e serviços que agregam benefícios para toda a sociedade (Fernandes e Neto, 2010, p. 7).

Essa distinção entre organizações que provêm benefícios coletivos privados e aquelas de caráter público ressalta a diversidade de propósitos e alcances dentro do Terceiro Setor. É interessante notar como algumas entidades se concentram na assistência a grupos específicos, como no caso da APAE, promovendo a solidariedade e a cooperação interna, enquanto outras têm uma abordagem mais abrangente, direcionando seus esforços para oferecer soluções que beneficiem a sociedade em geral. Esse panorama demonstra a ampla gama de contribuições e enfoques que as organizações do Terceiro Setor podem ter, atendendo a diferentes demandas e necessidades dentro da comunidade.

Kruguer (2010) destaca que dentro das entidades que compõem o Terceiro Setor estão as Fundações e Associações, as quais têm como objetivo atender à sociedade como um todo ou a um grupo específico dentro dela. Essas organizações

desempenham suas atividades em variados setores, abrangendo áreas como serviço social, saúde e esporte.

Segundo Santos e Silva (2008), as organizações sem fins lucrativos começaram a surgir porque o Estado não conseguiu solucionar os problemas que surgiram com a introdução do sistema capitalista. Esse novo contexto intensificou problemas de ordem econômica e social, como a desigualdade, a pobreza, a violência, etc. A partir dessa realidade, buscou-se alternativas para solucionar, ou pelo menos atenuar os problemas que foram intensificados surgindo assim, o que hoje se conhece como Terceiro Setor, termo que abarca algumas entidades cuja origem é reconhecida como um setor com características peculiares, distinguindo-as do Estado e do grupo de companhias do segundo setor.

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade, (2023) a evolução do Terceiro Setor no Brasil foi marcada a partir da década de 90, segundo o órgão, foi em meados de 1992, por ocasião do Fórum Internacional para discussão para o Meio Ambiente realizado no Rio de Janeiro – ECO 92, o termo Organizações Não Governamentais (ONG), foi difundido no Brasil de forma muito positiva. Essa evolução foi evidenciada pela forte relação entre atuação das organizações da sociedade civil e do Estado.

5 CONCLUSÃO

A contabilidade desempenha um papel essencial como ferramenta de gestão nas entidades do terceiro setor, que incluem organizações sem fins lucrativos como ONGs, associações e fundações dentre outras. Essas entidades, embora não visem lucro, necessitam de uma gestão financeira eficiente para garantir a sustentabilidade e a transparência de suas operações. A contabilidade, nesse contexto, proporciona um controle rigoroso das receitas e despesas, permitindo que os gestores tomem decisões informadas e alinhadas com os objetivos estratégicos da organização.

A utilização da contabilidade nessas entidades vai além do simples registro financeiro. Ela é fundamental para a prestação de contas aos diversos stakeholders, como doadores, patrocinadores, beneficiários e órgãos reguladores. A transparência financeira, proporcionada pela contabilidade, fortalece a confiança e a credibilidade da entidade perante a sociedade. Esse aspecto é essencial para a continuidade dos financiamentos e do apoio institucional, uma vez que a confiança dos stakeholders é diretamente proporcional à clareza e à precisão das informações contábeis apresentadas.

Além disso, a contabilidade no terceiro setor auxilia na análise de desempenho das atividades e projetos realizados. Através de relatórios contábeis detalhados, os gestores podem avaliar a eficácia dos recursos aplicados e identificar áreas que necessitam de ajustes ou melhorias. Essa análise contínua contribui para a otimização dos recursos, garantindo que as iniciativas sejam desenvolvidas de forma eficiente e que os objetivos sociais sejam alcançados com maior impacto.

A implementação de boas práticas contábeis também contribui para a governança das entidades do terceiro setor. Um sistema contábil robusto, aliado a processos internos bem definidos, reforça a integridade e a responsabilidade na gestão dos recursos. Isso é fundamental para evitar fraudes e desvios, promovendo uma cultura organizacional ética e responsável. A governança eficiente, sustentada por práticas contábeis sólidas, é um diferencial competitivo que pode atrair mais apoio e parcerias estratégicas.

Em suma, a contabilidade é uma ferramenta indispensável para a gestão eficaz das entidades do terceiro setor. Ela proporciona não apenas o controle e a transparência financeira, mas também auxilia na análise de desempenho, planejamento financeiro e governança. Através dessas contribuições, a contabilidade

ajuda a garantir que essas organizações cumpram suas missões sociais de forma eficiente e sustentável, maximizando o impacto positivo na sociedade.

Com base na análise realizada, conclui-se que a APAE de São Luís – MA tem avançado de forma significativa em relação à transparência e conformidade contábil, especialmente a partir do exercício de 2022. A pesquisa demonstrou que a entidade passou a adotar práticas mais robustas de prestação de contas, atendendo de maneira ampla aos principais requisitos da ITG 2002 (R1), como a elaboração completa das demonstrações financeiras, inclusão de notas explicativas, apresentação de relatório de auditoria independente e prestação de contas social. Esse aprimoramento não apenas fortalece a credibilidade institucional, mas também evidencia o compromisso com a governança, a ética e a responsabilidade na gestão dos recursos.

A utilização do checklist como instrumento metodológico possibilitou identificar, de maneira sistematizada, os elementos presentes ou ausentes nos demonstrativos contábeis da entidade, evidenciando uma evolução positiva ao longo dos três exercícios analisados. Apesar do progresso, foram observados aspectos que ainda podem ser aprimorados, como a maior detalhamento sobre o trabalho voluntário, a apresentação do orçamento comparativo com a execução financeira e a inclusão de indicadores de impacto social.

Ficou evidente que a prestação de contas vai além do cumprimento de uma exigência legal ou formal: trata-se de uma ferramenta estratégica para construir relações de confiança com a sociedade, com os órgãos públicos financiadores, empresas parceiras e voluntários. A transparência contábil favorece a captação de recursos, a sustentabilidade organizacional e o reconhecimento social da atuação da entidade na sociedade.

Portanto, o presente trabalho reforça a importância da conformidade contábil como um dos pilares da gestão no terceiro setor e indica que experiências como a da APAE de São Luís – MA podem servir de referência para outras organizações que buscam aprimorar seus mecanismos de controle, eficiência e impacto social. Recomenda-se, para estudos futuros, a ampliação da análise para outras entidades com perfis semelhantes, possibilitando um panorama mais amplo sobre os desafios e avanços da contabilidade aplicada ao terceiro setor no Brasil.

Apesar dos avanços obtidos com a análise realizada, o estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. A pesquisa concentrou-se em

apenas uma entidade específica — a APAE de São Luís – MA —, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados para outras organizações do terceiro setor. Além disso, o levantamento de dados do ano de 2024 não foi considerado porque não estava disponível no momento da pesquisa. Outro ponto foi que a pesquisa se baseou em documentos disponibilizados publicamente, o que pode ter limitado o acesso a informações complementares de caráter interno, como registros contábeis mais detalhados, pareceres de auditoria independentes ou indicadores gerenciais. Por fim, o enfoque qualitativo adotado, embora adequado ao objetivo proposto, pode ter deixado de captar aspectos quantitativos que contribuiriam para uma avaliação mais abrangente dos resultados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. E.; ESPEJO, R. A. **Contabilidade no Terceiro Setor**. Curitiba: IESD Brasil S.A, 2012.

ANDRADE, M. G. V. **Organizações do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas**. 2002. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO LUÍS. **Relatórios de Transparência 2021**. São Luís – MA, 2021. Disponível em: <https://www.apaesaluis.org.br/transparencia>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO LUÍS. **Relatórios de Transparência 2022**. São Luís – MA, 2022. Disponível em: <https://www.apaesaluis.org.br/c%C3%B3pia-transparencia-2021>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO LUÍS. **Relatórios de Transparência 2023**. São Luís – MA, 2023. Disponível em: <https://www.apaesaluis.org.br/transparencia>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 18 maio 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

CALABRESE, T. D. **Public mandates, market monitoring, and nonprofit financial disclosures**. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 30, n. 1, p. 19–88, jan./fev. 2011.

CAMPOS, G. M. **A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da fundação Otacílio Coser**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Acesso em: 03 ago. 2023.

CAPPELLESSO, G. **Impacto da conformidade financeira e fiscal sobre o gerenciamento de resultados**. Tese (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

CARNEIRO, A.; OLIVEIRA, D. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./dez. 2011.

CENTRO DE ESTUDOS DE FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL – CEFEIS. **Sistema de Cadastro e Prestação de Contas – SICAP**. 2012.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade; FBC – Fundação Brasileira de Contabilidade; Profis – Associação de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social. **Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor: Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social**. Brasília: CFC, 2015.

FERNANDES, A.; NETO, J. **Terceiro setor e interesses coletivos: caminhos para a cidadania**. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 1, p. 49–68, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). **As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – FASFIL 2016**. Rio de Janeiro: IBGE.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Brasília: Ipea, 2023A. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2025.

IPEA. **Por dentro do mapa das OSCs: metodologia da base de dados (versão 2023)**. Brasília: Ipea, 2023B. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/ff177b9e-aa8a-49c4-8ae1-904e70d3f255/content>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SILVEIRA, L.D; BORBA, J. A.; Análise da conformidade das demonstrações contábeis das fundações privadas de saúde do estado de Santa Catarina. **Revista de Informação Contábil**, v. 6, n. 1, p. 01–22, 2012.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, P. C.; SILVA, M. E. M. O papel da contabilidade na busca pela sustentabilidade do terceiro setor. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 170, mar./abr. 2008, p. 35–46.

TORRES, L. V. **O sistema de cadastro e prestação de contas (SICAP) como instrumento de accountability em fundações: um estudo com fundações privadas**

da comarca de Ribeirão Preto. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 2021



APAE
São Luís - MA

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís

CNPJ nº. 06.048.565/0001-25

Atividade: Associação Civil sem Fins Lucrativos

Demonstração do Resultado do Exercício Levantado em:

Valores expressos em Reais (R\$)

Períodos Encerrados >>>	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS BRUTA		83.372.979,56	72.045.959,71
RECEITAS DAS ATIVIDADES		80.745.047,07	69.640.770,92
EDUCAÇÃO		45.489.151,22	39.041.757,98
EDUCAÇÃO ESPECIAL - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		1.077.368,06	788.417,24
Receita de Convênios - SUS	21.1	103.366,97	36.305,79
Receita de Doações	21.2	311.481,30	13.048,56
Receita de Subvenções	21.3	662.519,79	739.062,89
EDUCAÇÃO - ENSINO SUPERIOR		44.411.783,16	38.253.340,74
Receita da Atividade Educacional-Mensalidades	21.4	44.377.651,66	38.233.253,50
Receitas de Taxas Administrativas e etc.	21.5	34.131,50	20.087,24
SAÚDE		20.743.364,27	17.769.347,27
Receita de Convênios - SUS	22.0	19.052.870,73	17.634.903,81
Receita de Doações	22.1	115.983,75	134.443,46
Receita de Subvenções	22.2	1.574.509,79	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL		23.773,04	7.739,94
Receita Convênio SUS	23.0	3.717,00	1.625,40
Receita de Doações	23.1	15.576,08	3.501,23
Receita de Subvenções	23.2	4.479,96	2.613,31
RECEITAS DE ISENÇÕES FISCAIS		14.488.758,54	12.821.925,73
Renúncia Fiscal	24.1/24.4	14.488.758,54	12.821.925,73
RECEITAS DAS ATIVIDADES MEIO		2.627.932,49	2.405.188,79
CAPTAÇÃO DE RECURSOS		2.244.490,03	2.046.082,80
Receitas de Telemarketing	25.0	2.135.633,70	1.914.956,99
Receitas de Campanhas/Eventos e Bazares/Doações	25.0	108.856,33	131.125,81
RECEITAS DE ISENÇÕES FISCAIS		383.442,46	359.105,99
Renúncia Fiscal - Atividades Meio	26.0	383.442,46	359.105,99
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA - EDUCAÇÃO ENSINO SUPERIOR		-20.436.326,62	-14.168.681,22
(-)Gratuidades - Bolsas Integrais-PROUNI	27.0	-3.834.984,00	-3.465.432,00
(-)Gratuidades - Bolsas Integrais-Lei 12.101/09	27.0	-258.810,00	-120.395,80
(-)Gratuidades - Bolsas Parciais-Lei 12.101/09	27.0	-1.283.433,00	-1.730.325,00
(-)Descontos Concedidos	27.0	-15.059.099,62	-8.852.528,42
= RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		62.936.652,94	57.877.278,49
CUSTOS E DESPESAS DAS ATIVIDADES		-63.919.755,63	-52.556.190,71
CUSTOS E DESPESAS ATIVIDADES		-62.200.143,90	-51.050.612,81
EDUCAÇÃO		-29.052.126,68	-23.843.119,10
EDUCAÇÃO ESPECIAL - GRATUIDADES		-2.637.258,83	-1.750.611,01
Despesas Subvencionadas	28.1	-662.519,80	-739.062,89
Despesas com Pessoal	28.0	-1.205.527,99	-718.146,00
Despesas Administrativas	28.2	-607.933,41	-240.580,43
Despesas com Serviços Prestados	28.2	-154.497,08	-50.453,03
Despesas Tributárias	28.2	-6.780,55	-2.368,66
EDUCAÇÃO - ENSINO SUPERIOR		-26.414.867,85	-22.092.508,09
Despesas com Pessoal - Docente	28.3	-16.188.195,96	-13.279.174,38
Despesas com Pessoal - Administrativo	28.4	-5.022.353,96	-4.463.076,82
Despesas Administrativas	28.5	-4.115.997,14	-3.597.147,34
Despesas com Serviços Prestados	28.5	-1.073.487,04	-705.921,11
Despesas Tributárias	28.5	-14.833,75	-47.188,44
SAÚDE		-18.375.365,99	-14.073.408,29
Despesas Subvencionadas	29.2	-1.574.509,79	0,00
Despesa com Pessoal	29.0	-5.187.493,52	-4.818.272,91
Despesas Administrativas	29.1	-2.839.669,93	-2.440.547,48
Despesas com Assistência à Saúde	29.1	-6.067.204,35	-4.445.536,75
Despesas com Serviços Prestados	29.1	-2.685.164,78	-2.355.792,59
Despesas Tributárias	29.1	-21.323,62	-13.258,56



APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís
 CNPJ nº. 06.048.565/0001-25
 Atividade: Associação Civil sem Fins Lucrativos

Demonstração do Resultado do Exercício Levantado em:

Valores expressos em Reais (R\$)

Períodos Encerrados >>>	Nota	31.12.2021	31.12.2020
ASSISTÊNCIA SOCIAL - GRATUIDADES		-283.892,69	-312.159,69
Despesas Subvencionadas	30.2	-4.479,96	-2.613,31
Despesas com Pessoal Administrativo	30.0	-73.077,43	-122.556,01
Despesas Administrativas	30.1	-197.964,53	-174.298,74
Despesas com Serviços Prestados	30.1	-5.831,53	-9.680,21
Despesas Tributárias	30.1	-2.539,24	-3.011,42
DESPESAS COM RENÚNCIAS FISCAIS		-14.488.758,54	-12.821.925,73
Renúncia Fiscal	31.0/33.0	-14.488.758,54	-12.821.925,73
CUSTOS E DESPESAS ATIVIDADES MEIO		-1.719.611,73	-1.505.577,90
DESPESAS COM ATIVIDADES MEIO		-1.336.169,27	-1.146.471,91
Despesas com Pessoal	34.0	-913.814,32	-856.614,37
Despesas Administrativas	34.1	-219.760,03	-116.418,58
Despesas com Serviços de Terceiros	34.1	-202.594,92	-173.438,96
DESPESAS COM RENÚNCIAS - ATIVIDADES MEIO		-383.442,46	-359.105,99
Renúncia Fiscal - Atividades Meio	35.0	-383.442,46	-359.105,99
= RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DA ATIVIDADE		-983.102,69	5.321.087,78
= RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		-1.819.459,73	-2.912.074,94
(+)Receitas Financeiras		193.854,28	406.317,14
(+)Receitas Financeiras	36.0	193.854,28	406.317,14
(-)Despesas Financeiras		-2.013.314,01	-3.318.392,08
(-)Despesas Financeiras	36.0	-2.013.314,01	-3.318.392,08
OUTRAS RECEITAS		976.311,35	335.632,45
Outras Receitas	37	976.311,35	335.632,45
= SUPERÁVIT OU (-) DÉFICIT DO EXERCÍCIO	19.6	-1.826.251,07	2.744.645,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

São Luís - MA, 31 de dezembro de 2021.

Sebastião Vanderlaan de Almeida Rolim
 CPF-225.059.113-04 - Presidente

Josy Emyliano Costa Souza
 CPF-270.392.763-06 - CRC-MA. 4441

BALANÇO PATRIMONIAL 2021



APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luis
CNPJ nº. 06.048.565/0001-25
Atividade: Associação Civil sem Fins Lucrativos

Balanço Patrimonial Consolidado - Ativo

Valores expressos em Reais (R\$)

Períodos Encerrados >>>	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		61.485.744,26	57.817.554,27
CIRCULANTE		17.399.806,64	17.767.650,43
Caixa e Equivalente de Caixa		2.757.392,79	2.917.530,58
Caixa e Equivalente de Caixa	1.1	2.671.307,32	2.831.870,43
Caixa e Equivalente de Caixa - Vinculadas	1.2	86.085,47	85.660,15
Realizáveis a Curto Prazo		14.611.654,97	14.826.674,48
Contas a Receber		13.158.727,21	13.017.114,33
Mensalidades a Receber	2.0	7.100.354,27	8.430.743,17
Outras Contas a Receber	2.1	135.634,23	110.611,46
Cartão de Crédito	2.2	415.929,21	371.138,53
Convênios a Receber	2.3	5.506.809,50	4.104.621,17
Outros Créditos		1.452.927,76	1.809.560,15
Adiantamentos a Empregados e a Terceiros	3.0	954.012,04	1.067.640,52
Impostos e Contrib. a Compensar	4.0	54.592,32	48.460,74
Estoques - Almoxxarifado	5.0	444.323,40	693.458,89
Despesas de Exercícios Seguintes		30.758,88	23.445,37
Seguros de Bens Móveis e Imóveis	6.1	30.132,48	23.420,93
Outras Despesas Antecipadas	6.2	626,40	24,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE		44.085.937,62	40.049.903,84
Realizável a Longo Prazo		0,00	40.517,52
Crédito em Contencioso	7.0	0,00	40.517,52
Imobilizado		43.584.162,34	39.699.751,46
Bens Móveis		4.718.895,14	3.820.461,88
Bens Móveis	8.0	14.145.108,24	12.131.691,18
(-) Depreciação Acumulada		-9.426.213,10	-8.311.229,30
Bens Imóveis		38.865.267,20	35.879.289,58
Bens Imóveis	8.1	47.378.601,70	43.339.564,80
(-) Depreciação Acumulada		-8.513.334,50	-7.460.275,22
Imobilizado Recebido em Comodato		279.188,98	279.188,98
Bens Móveis	8.3	279.188,98	279.188,98
Intangíveis		222.586,30	30.445,88
Bens Intangíveis	9.0	620.470,48	363.989,26
(-) Amortização Acumulada		-397.884,18	-333.543,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luis - MA, 31 de dezembro de 2021.

Sebastião Vanderlaan de Almeida Rolim
CPF-225.059.113-04 - Presidente

Balanço Patrimonial Consolidado - Passivo

Valores expressos em Reais (R\$)

Períodos Encerrados >>>	Nota	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO		61.485.744,26	57.817.554,27
CIRCULANTE		15.164.019,68	10.977.595,33
Obrigações com Terceiros		3.848.139,05	3.413.508,20
Fornecedores	10.1	2.482.171,60	2.354.265,18
Outras Contas a Pagar	10.2	676.323,53	376.465,07
Adiantamento de Clientes	10.3	405.766,23	271.469,69
Subvenções a Realizar	10.4	283.877,69	411.308,26
Obrigações Sociais e Trabalhistas		5.492.591,66	3.359.940,80
Obrigações Trabalhistas	11.0	1.701.501,80	1.443.086,22
Obrigações Sociais e Previdenciárias	11.1	3.791.089,86	1.916.854,58
Obrigações Tributárias		176.501,34	215.938,16
Impostos, Contribuições a Recolher	10.0	176.501,34	215.938,16
Obrigações Bancárias		1.994.588,95	1.065.501,14
Empréstimos Bancários	13.0	1.993.251,89	1.061.408,13
Cheques a Compensar	13.1	1.337,06	4.093,01
Provisões de Despesas		3.652.198,68	2.922.707,03
Provisões Trabalhistas	14.0	3.652.198,68	2.922.707,03
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		19.033.434,61	16.085.652,92
Obrigações c/Fornecedores em Comodato		279.188,98	279.188,98
Fornecedores de Bens em Comodato	15.0	279.188,98	279.188,98
Obrigações Sociais e Trabalhistas-Parceladas		3.356.764,76	1.654.663,84
Obrigações Sociais e Previdenciárias		3.356.764,76	1.654.663,84
Obrigações Bancárias		14.554.145,32	14.096.318,30
Empréstimos Bancários	17.0	14.554.145,32	14.096.318,30
Receitas Diferidas		843.335,55	55.481,80
Subvenções a Realizar	18.0	843.335,55	55.481,80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.288.289,97	30.754.306,02
Patrimônio Social		1.066.034,19	-2.371.116,29
Patrimônio Social	19.0	1.066.034,19	-2.371.116,29
Reservas e Fundos Patrimoniais		29.688.271,83	29.688.271,83
Reservas de Doações	19.1	103.604,49	103.604,49
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.2	29.584.667,34	29.584.667,34
Superávits ou (-) Déficits Acumulados		-1.639.764,98	692.505,19
Ajustes de Exercícios Anteriores	19.3	-1.639.764,98	692.505,19
Superávits ou (-) Déficits do Exercício		-1.826.251,07	2.744.645,29
Superávit ou (-) Déficit do Exercício	19.4	-1.826.251,07	2.744.645,29

Jairo Francisco Costa Souza
CPF-224.692.703-06 - CRC-MA. 4441

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 2022



APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís
CNPJ nº. 06.048.565/0001-25
Atividade: Associação Civil sem Fins Lucrativos

Demonstração do Resultado do Exercício Levantado em:
Valores expressos em Reais (R\$)

Períodos Encerrados >>>	Nota	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS BRUTA		102.198.496,87	83.372.979,56
RECEITAS DAS ATIVIDADES		99.679.303,55	80.745.047,07
EDUCAÇÃO		58.797.468,10	45.489.151,22
EDUCAÇÃO ESPECIAL - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		1.172.078,21	1.077.368,06
Receita de Convênios - SUS	21.1	124.131,54	103.366,97
Receita de Doações	21.2	138.989,95	311.481,30
Receita de Subvenções	21.3	908.956,72	662.519,79
EDUCAÇÃO - ENSINO SUPERIOR		57.625.389,89	44.411.783,16
Receita da Atividade Educacional-Mensalidades	21.4	57.560.851,83	44.377.651,66
Receitas de Taxas Administrativas e etc.	21.5	64.538,06	34.131,50
SAÚDE		22.882.731,09	20.743.364,27
Receita de Convênios - SUS	22.0	21.867.327,56	19.052.870,73
Receita de Doações	22.1	119.266,50	115.983,75
Receita de Subvenções	22.2	896.137,03	1.574.509,79
ASSISTÊNCIA SOCIAL		157.733,54	23.773,04
Receita Convênio SUS	23.0	6.029,10	3.717,00
Receita de Doações	23.1	25.463,12	15.576,08
Receita de Subvenções	23.2	126.241,32	4.479,96
RECEITAS DE ISENÇÕES FISCAIS		17.841.370,82	14.488.758,54
Renúncia Fiscal	24.1/24.4	17.841.370,82	14.488.758,54
RECEITAS DAS ATIVIDADES MEIO		2.519.193,32	2.627.932,49
CAPTAÇÃO DE RECURSOS		2.120.866,61	2.244.490,03
Receitas de Telemarketing	25.0	1.975.263,37	2.135.633,70
Receitas de Campanhas/Eventos e Bazares/Doações	25.0	145.603,24	108.856,33
RECEITAS DE ISENÇÕES FISCAIS		398.326,71	383.442,46
Renúncia Fiscal - Atividades Meio	26.0	398.326,71	383.442,46
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA - EDUCAÇÃO ENSINO SUPERIOR		-29.078.333,07	-20.436.326,62
(-)Gratuidades - Bolsas Integrais-PROUNI	27.0	-5.535.565,20	-3.834.984,00
(-)Gratuidades - Bolsas Integrais-Lei 12.101/09	27.0	-678.268,80	-258.810,00
(-)Gratuidades - Bolsas Parciais-Lei 12.101/09	27.0	-1.061.359,20	-1.283.433,00
(-)Descontos Concedidos	27.0	-21.803.139,87	-15.059.099,62
= RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		73.120.163,80	62.936.652,94
CUSTOS E DESPESAS DAS ATIVIDADES		-74.187.682,47	-63.919.755,63
CUSTOS E DESPESAS ATIVIDADES		-72.400.118,26	-62.200.143,90
EDUCAÇÃO		-36.439.158,15	-29.052.126,68
EDUCAÇÃO ESPECIAL - GRATUIDADES		-2.872.434,20	-2.637.258,83
Despesas Subvencionadas	28.1	-908.956,72	-662.519,80
Despesas com Pessoal	28.0	-1.023.084,90	-1.205.527,99
Despesas Administrativas	28.2	-771.690,67	-607.933,41
Despesas com Serviços Prestados	28.2	-166.079,69	-154.497,08
Despesas Tributárias	28.2	-2.622,22	-6.780,55
EDUCAÇÃO - ENSINO SUPERIOR		-33.566.723,95	-26.414.867,85
Despesas com Pessoal - Docente	28.3	-21.108.729,35	-16.188.195,96
Despesas com Pessoal - Administrativo	28.4	-6.473.398,33	-5.022.353,96
Despesas Administrativas	28.5	-4.903.177,91	-4.115.997,14
Despesas com Serviços Prestados	28.5	-1.069.955,15	-1.073.487,04
Despesas Tributárias	28.5	-11.463,21	-14.833,75
SAÚDE		-17.617.695,01	-18.375.365,99
Despesas Subvencionadas	29.2	-896.137,04	-1.574.509,79
Despesa com Pessoal	29.0	-5.815.213,50	-5.187.493,52
Despesas Administrativas	29.1	-3.433.677,80	-2.839.669,93
Despesas com Assistência à Saúde	29.1	-4.601.231,82	-6.067.204,35
Despesas com Serviços Prestados	29.1	-2.847.777,33	-2.685.164,78
Despesas Tributárias	29.1	-23.657,52	-21.323,62

[Handwritten signature]



APAE
São Luís - MA

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís
CNPJ nº. 06.048.565/0001-25
Atividade: Associação Civil sem Fins Lucrativos

Demonstração do Resultado do Exercício Levantado em:
Valores expressos em Reais (R\$)

Períodos Encerrados >>>	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ASSISTÊNCIA SOCIAL - GRATUIDADES		-501.894,28	-283.892,69
Despesas Subvencionadas	30.2	-126.241,32	-4.479,96
Despesas com Pessoal	30.0	-108.717,36	-73.077,43
Despesas Administrativas	30.1	-253.751,99	-197.964,53
Despesas com Serviços Prestados	30.1	-10.724,57	-5.831,53
Despesas Tributárias	30.1	-2.459,04	-2.539,24
DESPESAS COM RENÚNCIAS FISCAIS		-17.841.370,82	-14.488.758,54
Renúncia Fiscal	31.0/33.0	-17.841.370,82	-14.488.758,54
CUSTOS E DESPESAS ATIVIDADES MEIO		-1.787.564,21	-1.719.611,73
DESPESAS COM ATIVIDADES MEIO		-1.389.237,50	-1.336.169,27
Despesas com Pessoal	34.0	-1.000.189,99	-913.814,32
Despesas Administrativas	34.1	-178.458,18	-219.760,03
Despesas com Serviços Prestados	34.1	-210.589,33	-202.594,92
DESPESAS COM RENÚNCIAS - ATIVIDADES MEIO		-398.326,71	-383.442,46
Renúncia Fiscal - Atividades Meio	35.0	-398.326,71	-383.442,46
= RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DA ATIVIDADE		-1.067.518,67	-983.102,69
= RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		-3.620.492,82	-1.819.459,73
(+)Receitas Financeiras		376.404,26	193.854,28
(+)Receitas Financeiras	36.0	376.404,26	193.854,28
(-)Despesas Financeiras		-3.996.897,08	-2.013.314,01
(-)Despesas Financeiras	36.0	-3.996.897,08	-2.013.314,01
OUTRAS RECEITAS		886.846,25	976.311,35
Outras Receitas	37	886.846,25	976.311,35
= SUPERÁVIT OU (-) DÉFICIT DO EXERCÍCIO	19.6	-3.801.165,24	-1.826.251,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

São Luís - MA., 31 de dezembro de 2022.

Arionildes da Silva e Silva

Arionildes da Silva e Silva
CPF-067.268.523-04 - Presidente

Maria Lucilene Mendes Barroso

Maria Lucilene Mendes Barroso
CPF- 787.855.883-34 - CRC-MA. 9290

BALANÇO PATRIMONIAL 2022



APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís
CNPJ nº. 06.048.565/0001-25
Atividade: Associação Civil sem Fins Lucrativos

Balanço Patrimonial Consolidado - Ativo

Períodos Encerrados >>>	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		70.678.625,07	61.485.744,26
CIRCULANTE		18.482.665,20	17.399.806,64
Caixa e Equivalente de Caixa		4.131.638,92	2.757.392,79
Caixa e Equivalente de Caixa	1.1	3.817.306,08	2.671.307,32
Caixa e Equivalente de Caixa - Vinculadas	1.2	314.332,84	86.085,47
Realizáveis a Curto Prazo		14.308.380,62	14.611.654,97
Contas a Receber		12.551.075,13	13.158.727,21
Mensalidades a Receber	2.0	4.255.955,75	7.100.354,27
Outras Contas a Receber	2.1	502.118,38	135.634,23
Cartão de Crédito	2.2	278.728,84	415.929,21
Convênios a Receber	2.3	7.514.272,16	5.506.809,50
Outros Créditos		1.757.305,49	1.452.927,76
Adiantamentos a Empregados e a Terceiros	3.0	1.176.987,84	954.012,04
Impostos e Contrib. a Compensar	4.0	54.592,32	54.592,32
Estoques - Almoarifado	5.0	525.725,33	444.323,40
Despesas de Exercícios Seguintes		42.645,66	30.758,88
Seguros de Bens Móveis e Imóveis	6.1	42.475,41	30.132,48
Outras Despesas Antecipadas	6.2	170,25	626,40
ATIVO NÃO CIRCULANTE		52.195.959,87	44.085.937,62
Imobilizado		51.719.110,83	43.584.162,34
Bens Móveis	8.1	6.768.748,69	4.718.895,14
Bens Móveis		16.787.783,61	14.145.108,24
(-) Depreciação Acumulada		-10.019.034,92	-9.426.213,10
Bens Imóveis		44.950.362,14	38.865.267,20
Bens Imóveis	8.2	54.516.755,92	47.378.601,70
(-) Depreciação Acumulada		-9.566.393,78	-8.513.334,50
Imobilizado Recebido em Comodato		283.511,69	279.188,98
Bens Móveis		283.511,69	279.188,98
Intangíveis		193.337,35	222.586,30
Bens Intangíveis	9.0	724.880,42	620.470,48
(-) Amortização Acumulada		-531.543,07	-397.884,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

São Luís - MA., 31 de dezembro de 2022.

Arionildes da Silva e Silva

Arionildes da Silva e Silva
CPF-067.268.523-04 - Presidente

Balanço Patrimonial Consolidado - Passivo

Períodos Encerrados >>>	Nota	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO		70.678.625,07	61.485.744,26
CIRCULANTE		21.006.607,87	15.164.019,68
Obrigações com Terceiros		5.164.955,27	3.848.139,05
Fornecedores	10.1	1.809.011,03	2.482.171,60
Outras Contas a Pagar	10.2	387.406,19	676.323,53
Adiantamento de Clientes	10.3	766.147,70	405.766,23
Subvenções a Realizar	10.4	2.202.390,35	283.877,69
Obrigações Sociais e Trabalhistas		8.309.468,50	5.492.591,66
Obrigações Trabalhistas	11.0	2.015.059,29	1.701.501,80
Obrigações Sociais e Previdenciárias	11.1	6.294.409,21	3.791.089,86
Obrigações Tributárias		204.540,42	176.501,34
Impostos, Contribuições a Recolher	12.0	204.540,42	176.501,34
Obrigações Bancárias		2.764.048,94	1.994.588,95
Empréstimos Bancários	13.0	2.763.433,36	1.993.251,89
Cheques a Compensar	13.1	615,58	1.337,06
Provisões de Despesas		4.563.594,74	3.652.198,68
Provisões Trabalhistas	14.0	4.563.594,74	3.652.198,68
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		24.977.384,01	19.033.424,61
Obrigações c/Fornecedores em Comodato		283.511,69	279.188,98
Fornecedores de Bens em Comodato	15.0	283.511,69	279.188,98
Obrigações Sociais e Trabalhistas-Parceladas		7.228.332,54	3.356.764,76
Obrigações Sociais e Previdenciárias		7.228.332,54	3.356.764,76
Obrigações Bancárias		16.629.462,67	14.554.145,32
Empréstimos Bancários	17.0	16.629.462,67	14.554.145,32
Receitas Diferidas		836.077,11	843.335,55
Subvenções a Realizar	18.0	836.077,11	843.335,55
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.694.633,19	27.288.289,97
Patrimônio Social		-2.399.981,86	1.066.034,19
Patrimônio Social	19.0	-2.399.981,86	1.066.034,19
Reservas e Fundos Patrimoniais		29.688.271,83	29.688.271,83
Reservas de Doações	19.1	103.604,49	103.604,49
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.2	29.584.667,34	29.584.667,34
Superávits ou (-) Débitos Acumulados		1.207.508,46	-1.639.764,98
Ajustes de Exercícios Anteriores	19.3	1.207.508,46	-1.639.764,98
Superávits ou (-) Débitos do Exercício		-3.801.165,24	-1.826.251,07
Superávit ou (-)Déficit do Exercício	19.4	-3.801.165,24	-1.826.251,07

Maria Lucilene Mendes Barroso
Maria Lucilene Mendes Barroso
CPF-787.855.883-34 - CRC-MA. 9290

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 2023



APAE
São Luis - MA

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luis

CNPJ nº. 06.048.565/0001-25

Atividade: Associação Civil sem Fins Lucrativos

Demonstração do Resultado do Exercício Levantado em:

Valores expressos em Reais (R\$)

Períodos Encerrados >>>	Nota	31.12.2023	31.12.2022
RECEITAS BRUTA		124.089.997,32	102.198.496,87
RECEITAS DAS ATIVIDADES		121.061.053,86	99.679.303,55
EDUCAÇÃO		75.404.809,18	58.797.468,10
EDUCAÇÃO ESPECIAL - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		1.596.556,45	1.172.078,21
Receita de Convênios - SUS	21.1	42.346,47	124.131,54
Receita de Doações	21.2	32.196,42	138.989,95
Receita de Subvenções	21.3	1.522.013,56	908.956,72
EDUCAÇÃO - ENSINO SUPERIOR		73.808.252,73	57.625.389,89
Receita da Atividade Educacional-Mensalidades	21.4	73.720.650,73	57.560.851,83
Receitas de Taxas Administrativas e etc.	21.5	87.602,00	64.538,06
SAÚDE		24.667.414,52	22.882.731,09
Receita de Convênios - SUS	22.0	22.988.575,21	21.867.327,56
Receita de Doações	22.1	370.964,50	119.266,50
Receita de Subvenções	22.2	1.307.874,81	896.137,03
ASSISTÊNCIA SOCIAL		221.140,85	157.733,54
Receita Convênio SUS	23.0	9.544,50	6.029,10
Receita de Doações	23.1	18.648,30	25.463,12
Receita de Subvenções	23.2	192.948,05	126.241,32
RECEITAS DE IMUNIDADES FISCAIS		20.767.689,31	17.841.370,82
Renúncia Fiscal	24.1/24.4	20.767.689,31	17.841.370,82
RECEITAS DAS ATIVIDADES MEIO		3.028.943,46	2.519.193,32
CAPTAÇÃO DE RECURSOS		2.626.356,66	2.120.866,61
Receitas de Telemarketing	25.0	1.844.472,17	1.975.263,37
Receitas de Campanhas/Eventos e Bazares/Doações	25.0	781.884,49	145.603,24
RECEITAS DE IMUNIDADES FISCAIS		402.586,80	398.326,71
Renúncia Fiscal - Atividades Meio	26.0	402.586,80	398.326,71
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA - EDUCAÇÃO ENSINO SUPERIOR		-38.182.049,18	-29.078.333,07
(-)Gratuidades - Bolsas Integrais-PROUNI	27.0	-10.974.490,56	-5.535.565,20
(-)Gratuidades - Bolsas Integrais-Lei 187/2021	27.0	-724.910,22	-678.268,80
(-)Gratuidades - Bolsas Parciais-Lei 187/2021	27.0	-3.028.961,22	-1.061.359,20
(-)Descontos Concedidos	27.0	-23.453.687,18	-21.803.139,87
= RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		85.907.948,14	73.120.163,80
CUSTOS E DESPESAS DAS ATIVIDADES		-88.595.854,57	-74.187.682,47
CUSTOS E DESPESAS ATIVIDADES		-86.680.947,63	-72.400.118,26
EDUCAÇÃO		-43.836.877,21	-36.439.158,15
EDUCAÇÃO ESPECIAL - GRATUIDADES		-4.175.737,23	-2.872.434,20
Despesas Subvencionadas	28.1	-1.522.013,56	-908.956,72
Despesas com Pessoal	28.0	-1.532.655,48	-1.023.084,90
Despesas Administrativas	28.2	-886.147,53	-771.690,67
Despesas com Serviços Prestados	28.2	-195.492,28	-166.079,69
Despesas Tributárias	28.2	-39.428,38	-2.622,22
EDUCAÇÃO - ENSINO SUPERIOR		-39.661.139,98	-33.566.723,95
Despesas com Pessoal - Docente	28.3	-25.947.505,84	-21.108.729,35
Despesas com Pessoal - Administrativo	28.4	-7.035.060,44	-6.473.398,33
Despesas Administrativas	28.5	-5.041.217,68	-4.903.177,91
Despesas com Serviços Prestados	28.5	-1.603.038,62	-1.069.955,15
Despesas Tributárias	28.5	-34.317,40	-11.463,21
SAÚDE		-21.276.989,94	-17.617.695,01
Despesas Subvencionadas	29.2	-1.115.874,81	-896.137,04
Despesas com Pessoal	29.0	-6.620.840,68	-5.815.213,50
Despesas Administrativas	29.1	-3.229.954,10	-3.433.677,80
Despesas com Assistência à Saúde	29.1	-6.530.526,67	-4.601.231,82
Despesas com Serviços Prestados	29.1	-3.682.084,02	-2.847.777,33
Despesas Tributárias	29.1	-97.709,66	-23.657,52



APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís
CNPJ nº. 06.048.565/0001-25
 Atividade: Associação Civil sem Fins Lucrativos

Demonstração do Resultado do Exercício Levantado em:
 Valores expressos em Reais (R\$)

Períodos Encerrados >>>	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ASSISTÊNCIA SOCIAL - GRATUIDADES		-799.291,17	-501.894,28
Despesas Subvencionadas	30.2	-192.948,05	-126.241,32
Despesas com Pessoal	30.0	-260.525,82	-108.717,36
Despesas Administrativas	30.1	-312.675,49	-253.751,99
Despesas com Serviços Prestados	30.1	-29.140,20	-10.724,57
Despesas Tributárias	30.1	-4.001,61	-2.459,04
DESPESAS COM RENÚNCIAS FISCAIS		-20.767.789,31	-17.841.370,82
Renúncia Fiscal	31.0/33.0	-20.767.789,31	-17.841.370,82
CUSTOS E DESPESAS ATIVIDADES MEIO		-1.914.906,94	-1.787.564,21
DESPESAS COM ATIVIDADES MEIO		-1.512.320,14	-1.389.237,50
Despesas com Pessoal	34.0	-1.110.179,25	-1.000.189,99
Despesas Administrativas	34.1	-204.402,18	-178.458,18
Despesas com Serviços Prestados	34.1	-197.738,71	-210.589,33
DESPESAS COM RENÚNCIAS - ATIVIDADES MEIO		-402.586,80	-398.326,71
Renúncia Fiscal - Atividades Meio	35.0	-402.586,80	-398.326,71
= RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DA ATIVIDADE		-2.687.906,43	-1.067.518,67
= RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		-5.584.198,72	-3.620.492,82
(+)Receitas Financeiras		538.483,30	376.404,26
(+)Receitas Financeiras	36.0	538.483,30	376.404,26
(-)Despesas Financeiras		-6.122.682,02	-3.996.897,08
(-)Despesas Financeiras	36.0	-6.122.682,02	-3.996.897,08
OUTRAS RECEITAS		472.282,80	886.846,25
Outras Receitas	37	472.282,80	886.846,25
= SUPERÁVIT OU (-) DÉFICIT DO EXERCÍCIO	19.6	-7.799.822,35	-3.801.165,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

São Luís - MA., 31 de dezembro de 2023.

ARIONILDES DA
SILVA E
SILVA:06726852304
Assinado de forma digital
por ARIONILDES DA SILVA
E SILVA:06726852304
Dados: 2024.04.29 08:43:56
+0300'

Arionildes da Silva e Silva
CPF -067.268.523-04 - Presidente

MARIA LUCILENE
MENDES
BARROSO:7878558833
Assinado de forma digital por
MARIA LUCILENE MENDES
BARROSO:78785588334
Dados: 2024.04.29 13:43:01
+0300'

Maria Lucilene Mendes Barroso
CPF- 787.855.883-34 - CRC-MA. 9290

BALANÇO PATRIMONIAL 2023



APAE
São Luís - MA

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís
CNPJ nº. 06.048.565/0001-25
Atividade: Associação Civil sem Fins Lucrativos

Balanco Patrimonial Consolidado - Ativo

Valores expressos em Reais (R\$)

Periodos Encerrados >>>	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		76.304.506,32	70.678.625,07
CIRCULANTE		18.729.140,18	18.482.665,20
Caixa e Equivalente de Caixa		2.906.624,00	4.131.638,92
Caixa e Equivalente de Caixa	1.1	2.142.165,60	3.817.306,08
Caixa e Equivalente de Caixa - Vinculadas	1.2	764.458,40	314.332,84
Realizáveis a Curto Prazo		15.771.808,89	14.308.380,62
Contas a Receber		14.315.400,02	12.351.075,13
Mensalidades a Receber	2.0	7.011.486,14	4.255.955,75
Outras Contas a Receber	2.1	149.679,51	502.118,38
Cartão de Crédito	2.2	369.044,34	278.728,84
Convênios a Receber	2.3	6.785.190,03	7.514.272,16
Outros Créditos		1.456.408,87	1.757.305,49
Adiantamentos a Empregados e a Terceiros	3.0	396.465,14	1.176.987,84
Impostos e Contrib. a Compensar	4.0	54.511,36	54.592,32
Estoques - Almoxarifado	5.0	1.005.432,37	525.725,33
Despesas de Exercícios Seguintes		50.707,29	42.645,66
Seguros de Bens Móveis e Imóveis	6.0	50.408,73	42.475,41
Outras Despesas Antecipadas		298,56	170,25
ATIVO NÃO CIRCULANTE		57.575.366,14	52.195.959,87
Aplicações Financeiras		195.000,00	0,00
Aplicações Financeiras	7.0	195.000,00	0,00
Título de Capitalização		195.000,00	0,00
Imobilizado		56.793.647,35	51.719.110,83
Bens Móveis		8.508.416,90	6.768.748,69
Bens Móveis	8.1	19.560.247,02	16.787.783,61
(-) Depreciação Acumulada		-11.051.830,12	-10.019.034,92
Bens Imóveis		48.285.230,45	44.950.362,14
Bens Imóveis	8.2	58.904.683,51	54.516.755,92
(-) Depreciação Acumulada		-10.619.453,06	-9.566.393,78
Imobilizado Recebido em Comodato		447.997,93	283.511,69
Bens Móveis	8.3	447.997,93	283.511,69
Intangíveis		138.720,86	193.337,35
Bens Intangíveis	9.0	812.906,86	724.880,42
(-) Amortização Acumulada		-674.186,00	-531.543,07

Balanco Patrimonial Consolidado - Passivo

Valores expressos em Reais (R\$)

Periodos Encerrados >>>	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO		76.304.506,32	70.678.625,07
CIRCULANTE		25.117.923,01	21.006.607,87
Obrigações com Terceiros		5.046.307,49	5.164.955,27
Fornecedores	10.1	2.325.003,38	1.809.011,03
Outras Contas a Pagar	10.2	435.461,34	387.406,19
Adiantamento de Clientes	10.3	1.030.394,92	765.147,70
Subvenções a Realizar	10.4	1.255.447,85	2.202.390,35
Obrigações Sociais e Trabalhistas		11.773.807,06	8.309.468,50
Obrigações Trabalhistas	11.0	2.674.585,40	2.015.059,29
Obrigações Sociais e Previdenciárias	11.1	9.099.221,66	6.294.409,21
Obrigações Tributárias		150.588,53	204.540,42
Impostos, Contribuições a Recolher	12.0	150.588,53	204.540,42
Obrigações Bancárias		2.826.101,48	2.764.048,94
Empréstimos Bancários	13.0	2.825.883,73	2.763.433,36
Cheques a Compensar	13.1	217,75	615,58
Provisões de Despesas		5.321.118,45	4.563.594,74
Provisões Trabalhistas	14.0	5.321.118,45	4.563.594,74
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		34.258.131,42	24.977.384,01
Obrigações e Fornecedores em Comodato		447.997,93	283.511,69
Fornecedores de Bens em Comodato	15.0	447.997,93	283.511,69
Obrigações Sociais e Trabalhistas-Parceladas		10.904.677,20	7.228.332,54
Obrigações Sociais e Previdenciárias	16.0	10.904.677,20	7.228.332,54
Obrigações Bancárias		20.980.462,25	16.629.462,67
Empréstimos Bancários	17.0	20.980.462,25	16.629.462,67
Receitas Diferidas		1.924.994,04	836.077,11
Subvenções a Realizar	18.0	1.924.994,04	836.077,11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.928.451,89	24.694.633,19
Patrimônio Social		-4.993.638,64	-2.399.981,86
Patrimônio Social	19.0	-4.993.638,64	-2.399.981,86
Reservas e Fundos Patrimoniais		29.688.271,83	29.688.271,83
Reservas de Doações	19.1	103.604,49	103.604,49
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.2	29.584.667,34	29.584.667,34
Superávits ou (-) Débitos Acumulados		33.641,05	1.207.508,46
Ajustes de Exercícios Anteriores	19.3	33.641,05	1.207.508,46
Superávits ou (-) Débitos do Exercício		-7.799.822,35	-3.801.165,24
Superávit ou (-) Déficit do Exercício	19.4	-7.799.822,35	-3.801.165,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

São Luís -MA-, 31 de dezembro de 2023.
ARIONILDES DA SILVA Assinado de forma digital por ARIONILDES

E SILVA:06726852304

Arionildes da Silva e Silva
CPF -067.268.523-04 - Presidente

MARIA LUCILENE
MENDES

BARROSO:78785588334

Maria Lucilene Mendes Barroso
CPF -787.855.883-34 - CRC-MA. 9290

Assinado de forma digital por
MARIA LUCILENE MENDES
BARROSO:78785588334

-SITOP
Data: 2024.04.29 08:50:10